

ESTADO DE EXCEÇÃO E GOLPE DE ESTADO, 1964: O AUTORITARISMO DE UM PASSADO QUE NÃO PASSOU

ESTADO DE EXCEPCIÓN Y GOLPE DE ESTADO, 1964: EL AUTORITARISMO DE UN PASADO QUE NO HA PASADO

STATE OF EXCEPTION AND COUP D'ÉTAT, 1964: THE AUTHORITARIANISM OF A PAST THAT HAS NOT PASSED

Castor M. M. Bartolomé Ruiz

Resumo: O golpe de Estado civil militar de 1964 no Brasil impôs o estado de exceção do regime autoritário de uma ditadura militar por mais de vinte anos. O próprio regime autoritário implantou sucessivas estratégias de esquecimento para que quando do retorno da democracia a barbárie da repressão do estado de exceção no golpe de Estado ficasse impune no esquecimento. A falta de políticas públicas de memória histórica de verdade justiça e reparação possibilitou que aquele tempo sombrio imposto pelo golpe de Estado permanecesse vigente em muitas instituições do Estado, em notáveis segmentos do exército e do corpos de segurança e no imaginário social de grupos da extrema direita política. Por isso aquele é um passado que não passou. Neste artigo apresentamos uma análise a respeito dos nexos que vinculam as estratégias dos fascismos com o estado de exceção no golpe de Estado de 1964 e com os novos movimentos autoritários de nosso presente. Entre essas estratégias do estado de exceção comuns aos fascismos, ao golpe militar e aos novos autoritarismos, apresentamos um estudo sobre a fabricação do inimigo como estratégia que os fascismos desenvolveram para tornar a política uma guerra de todos contra todos e que se tornou comum ao estado de exceção no golpe de Estado de 1964 e aos novos movimentos autoritários. Também analisamos a utilização estratégica do medo, desenvolvida pelos fascismos e presente no estado de exceção do golpe de Estado de 1964 e nos novos autoritarismos; o medo como técnica política para

68 Castor M. M. Bartolomé Ruiz. Dr. Filosofia. Professor Titular dos PPG em Filosofia–Unisinos. Coordenador Cátedra Unesco-Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq *Ética, biopolítica e alteridade*. castorbartolome@terra.com.br

estabelecer um estado de tensão política extrema com o objetivo de dividir de modo bipolar a sociedade. Apresentamos uma análise de como a estratégia do medo permanece ativa nos novos autoritarismos através da fabricação de uma cultura do ódio, ou do ódio como arma política para criar um caos social extremo que possibilite adesão social ao estado de exceção de governos autoritários. Por fim, concluímos analisando a urgência das políticas de memória como antídoto necessário para neutralizar o passado autoritário que não passou.

Palavras chave: Golpe de Estado. Estado de exceção. Autoritarismo. Memória histórica.

Resumen: El golpe de Estado cívico-militar de 1964 en Brasil impuso el estado de excepción del régimen autoritario de una dictadura militar durante más de veinte años. El propio régimen autoritario implementó sucesivas estrategias de olvido para que cuando regresara la democracia, la barbarie de la represión por parte del estado de excepción en el golpe de Estado quedara impune en el olvido. La falta de políticas públicas de memoria histórica de verdad, justicia y reparación permitió que esa época oscura impuesta por el golpe de Estado se mantuviera vigente en muchas instituciones del Estado, en segmentos notables del ejército y cuerpos de seguridad y en el sector social. imaginación de la política de los grupos de extrema derecha. Por eso es un pasado que no ha pasado. En este artículo presentamos un análisis de los vínculos que vinculan las estrategias del fascismo con el estado de excepción en el golpe de Estado de 1964 y con los nuevos movimientos autoritarios de nuestro presente. Entre estas estrategias de estado de excepción comunes a los fascismos, golpes militares y nuevos autoritarismos, presentamos un estudio sobre la fabricación del enemigo como estrategia que los fascismos desarrollaron para hacer de la política una guerra de todos contra todos y que se volvió común al Estado. de excepción en el golpe de Estado de 1964 y los nuevos movimientos autoritarios. También analizamos el uso estratégico del miedo, desarrollado por el fascismo y presente en el estado de excepción del golpe de Estado de 1964 y en los nuevos autoritarismos; el miedo como técnica política para establecer un estado de tensión política extrema con el objetivo de dividir la sociedad de forma bipolar. Presentamos un análisis de cómo la estrategia del miedo permanece activa en los nuevos autoritarismos a través de la fabricación de una cultura del odio, o del odio como arma política para crear un caos social extremo que permita la adhesión social al estado de excepción de los gobiernos autoritarios. Finalmente, concluimos analizando la urgencia de las políticas de memoria como antídoto necesario para neutralizar el pasado autoritario que no ha pasado.

Palabras clave: Golpe de Estado. Estado de excepción. Autoritarismo. Memoria histórica.

Abstract: The 1964 civil-military coup d'état in Brazil imposed the state of exception of the authoritarian regime of a military dictatorship for more than twenty years. The authoritarian regime itself implemented successive strategies of oblivion so that when democracy returned, the barbarity of the repression by the state of exception in the coup d'état would remain unpunished and forgotten. The lack of public policies of historical memory of truth, justice and reparation made it possible for that dark time imposed by the coup d'état to remain in force in many State institutions, in notable segments of the army and security bodies and in the social imagination of extreme right-wing groups. policy. So that is a past that has not passed. In this article we present an analysis of the links that link the strategies of fascism with the state of exception in the 1964 coup d'état and with the new authoritarian movements of our present. Among these strategies of state of exception common to fascisms, military coups and new authoritarianisms, we present a study on the fabrication of the enemy as a strategy that fascisms developed to make politics a war of all against all and which became common to the

state of exception in the 1964 coup d'état. and new authoritarian movements. We also analyze the strategic use of fear, developed by fascism and present in the state of exception of the 1964 coup d'état and in the new authoritarianisms; fear as a political technique to establish a state of extreme political tension with the aim of dividing society in a bipolar way. We present an analysis of how the strategy of fear remains active in new authoritarianisms through the fabrication of a culture of hate, or hate as a political weapon to create extreme social chaos that enables social adherence to the state of exception of authoritarian governments. Finally, we conclude by analyzing the urgency of memory policies as a necessary antidote to neutralize the authoritarian past that has not passed.

Keywords: Coup d'État. State of exception. Authoritarianism. Historical memory.

INTRODUÇÃO

O ano 2024 completa os 60 anos do golpe de Estado civil militar que aconteceu no Brasil em 1964. A distância cronológica de 60 anos não implica num distanciamento efetivo das nefastas consequências promovidas por aquele fatídico evento. A distância medida pelo tempo não significa que na atualidade se tenha superado o autoritarismo como ideologia, nem as motivações políticas que o impulsionaram. O tempo por si mesmo não apagou o germe autoritário que em 1964 gestou a ruptura da democracia através do golpe de Estado. Muito pelo contrário, devido à total ausência de políticas de memória e à implementação efetiva de políticas de esquecimento por parte do regime militar, o germe do autoritarismo que corroe a sociedade brasileira e propiciou o golpe de Estado de 1964, esse germe autoritário permanece ativo na atualidade contaminando perigosamente grandes parcelas da população e instituições de Estado. É um passado que não passou. Por isso sobrevive nos porões de instituições de Estado e da sociedade civil, sobrevive na sombra de muitos projetos políticos atuais e nas entrelinhas de muitos discursos ideológicos contemporâneos.

Esta realidade nos provoca a urgência de repensar criticamente alguns elementos do golpe de Estado civil militar que mergulhou o Brasil numa longa noite de repressão e violência. Uma reflexão sobre o passado do golpe de Estado de 1964 não é um exercício de saudosismo histórico, nem tampouco um diletantismo intelectual para rememorar tempos que já se foram. Muito pelo contrário, o olhar para o passado histórico se faz sempre a partir dos problemas e urgências de nosso presente, porque todo presente histórico está atravessado pelos acontecimentos do passado. Quando esses acontecimentos, particularmente os de violência histórica institucional, não foram devidamente resolvidos, continuarão a assombrar nossa contemporaneidade com a mesma virulência que os originou.

Para contextualizar a nossa análise do golpe de Estado de 1964 no Brasil a partir de nosso presente, temos que destacar que assistimos perplexos à emergência e consolidação de novos movimentos autoritários, que se articulam a nível internacional. Os ventos autoritários que pareciam ter-se afastado no final do século XX, com a consolidação dos regimes de democracias formais, esses autoritarismos cresceram em muitos países, em particular em uma boa parte das atuais democracias. Esses movimentos autoritários se organizaram em diferentes partidos políticos que representam claramente o que se denomina de extrema direita política. O assombro do século XXI é perceber como estes novos movimentos autoritários captaram uma ampla camada de seguidores. Cabe questionar-nos, como é possível que em pleno século XXI assistamos a um crescimento populista de movimentos autoritários, sendo aplaudidos e seguidos por uma parcela significativa de pessoas?

Esta é uma questão que nos leva a conectar nosso presente do Brasil com o passado do golpe de Estado de 1964 e a imposição do estado de exceção como um dispositivo biopolítico para controlar a sociedade. Temos que compreender melhor como as estratégias de exceção dos movimentos fascistas e do nazismo, assim como os golpes militaristas da segunda metade do século XX, como o do Brasil, têm se atualizado e renovado nos novos movimentos autoritários. Estes têm o mesmo objetivo dos fascismos, qual seja conseguir capturar a aceitação de massas sociais para uma proposta autoritária de governo na qual a suspensão do direito através do estado de exceção se torne uma norma. Não poderemos entender a pujança e abrangência social dos novos autoritarismos no Brasil, senão conectarmos a realidade atual do militarismo, o bolsonarismo e outras ondas autoritárias com o autoritarismo vivido no golpe militar de 64, que nunca foi realmente desconstruído nos aparatos do Estado do Brasil.

Nesta reflexão propomos analisar criticamente o golpe de Estado civil militar no Brasil, de 1964 e o estado de exceção por ele imposto, refletindo inicialmente sobre o papel da memória, em particular a memória das vítimas como perspectiva epistêmica para desvendar o lado sombrio da violência estrutural. Num segundo ponto propomos considerar como o passado da violência autoritária do golpe de Estado de 1964 e o estado de exceção ressurgem maquiada em nosso presente através de dispositivos que se aplicaram no passado, mas que se modernizaram e adequaram a novas linguagens, como a fabricação do inimigo. Num terceiro ponto analisaremos como a estratégia fascista da fabricação do inimigo se desdobra na instrumentalização do medo como arma política e na criação de uma cultura do ódio para instalar uma beligerância bipolar na sociedade que contribua à legitimação do autoritarismo e da exceção como dispositivo necessário para segurança nacional. Concluiremos mostrando a urgência de pensar e implementar as políticas de memória histórica a partir das vítimas da violência.

GOLPE DE ESTADO, ESTADO DE EXCEÇÃO E MEMÓRIA DAS VÍTIMAS

O golpe de Estado de 1964 no Brasil, como todos os golpes de Estado, se utilizou do dispositivo da exceção para suspender direitos fundamentais das pessoas e através dessa suspensão provocar um vazio anômico que se viabiliza o controle biopolítico da população de modo violento e autoritário por um poder soberano, o poder do governo militar⁶⁹. O vazio de direitos provocado pelo dispositivo da exceção desencadeou uma onda de violência estrutural responsável por milhares de mortos e desaparecidos incluindo, entre outros, centenas de mortos políticos, milhares de indígenas dizimados durante os anos da ditadura, um número indefinido de camponeses mortos pela repressão e nunca visibilizados, etc.), dezenas de milhares de torturados de modo cruel e inumano, e dezenas de milhares de vítimas da repressão ideológica e civil⁷⁰.

Um princípio que deve orientar a nossa compreensão crítica de qualquer autoritarismo é que a violência histórica nunca pode ser simplesmente esquecida. O autoritarismo é conexo com a violência, sendo esta seu principal instrumento político. A violência é sempre inerente a todas as formas de autoritarismo. A relação entre autoritarismo e violência é inextricável. Por mais que nos inícios dos discursos autoritários se pretenda disfarçar a violência com discursos em defesa de um suposto inimigo ou pela segurança nacional, quando o autoritarismo se

69 "Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico política pode ter valor" AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.26.

70 KRISCHKE, J.; VIOLA, S. E. A.; PIRES, T.V. Em primeiro de abril de 1964: soltaram os demônios. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v.48, n.2, p.171-180, 2012.

instala, a violência se expande como uma sombra de barbárie sobre todos os que não se dobram aos desígnios do autoritarismo. Assim ocorreu no golpe civil militar de 1964⁷¹.

Aviolência que não é devidamente desconstruída e literalmente desarmada pelas políticas de memória, permanece recalcada nos porões das instituições, no imaginário social dos agentes e na própria subjetividade dos violentos. O recalque é o dispositivo através do qual a violência permanece oculta e operante nos interstícios dos sujeitos e instituições que a promovem. Através do recalque, a violência opera com uma aparência de esquecimento, pois o recalque oculta a própria violência como se não existisse, quando na realidade ela está ativa, ainda que invisibilizada, em todas aquelas instâncias e pessoas que por ela foram contaminadas. Por este motivo, se pode afirmar que a violência não se supera ou se apaga por um mero ato de voluntarismo político formal, como aqueles que pretendem passar rapidamente página da história, promovendo atos formais e até institucionais de esquecimento, como se tal violência nunca tivesse acontecido⁷².

O esquecimento é o grande aliado da violência, porque esta nunca é realmente esquecida, senão que sobrevive recalcada nas subjetividades e nas instituições que a promovem. As políticas de esquecimento, como as falsas leis de anistia que se implementaram no Brasil, só servem para fingir que formalmente se passa página da história da violência, emulando que a violência histórica não aconteceu. Desse modo, as políticas de esquecimento contribuem para que a violência histórica sobreviva politicamente como se fosse uma violência legítima do passado e por tanto os princípios e motivações dessa violência continuam a ser válidos e relevantes no presente⁷³.

Todas as formas de autoritarismo promoveram políticas de esquecimento da violência por eles praticada, para evitar serem julgados pelas atrocidades cometidas. Porém, tais atos de esquecimento, ao promoverem a impunidade dos violentos, também atuam como recurso político para que essa violência continue ativa e legítima no presente⁷⁴.

Ao fazermos a memória dos 60 anos do golpe de Estado civil militar no Brasil, enfrentamos o grave dilema das políticas de esquecimento produzidas por esse regime. Como é o caso da falsa lei de anistia que promoveu uma impunidade total dos atos de morte, torturas, repressão e violência institucional do Estado, que durante décadas deceparam milhares de vidas humanas em todos os sentidos⁷⁵. Essa impunidade promovida pelos atos de esquecimento é o terreno fértil sobre o qual crescem as novas formas de autoritarismo político, já que consideram o golpe de Estado, o estado de exceção e a repressão brutal por ele realizada como um ato legítimo. As políticas de esquecimento implantadas pelo regime militar e seu estado de exceção foram bem sucedidas, isso fez que na atualidade o autoritarismo ressurgisse como opção política aceitável para uma boa parcela da população.

Historicamente, no Brasil, se aplicaram variadas políticas de esquecimento como estratégia para ocultar a sucessivas barbáries e genocídios. A começar pelo genocídio indígena, amplamente ocultado, invisibilizado e negado de muitas formas. A seguir pelas políticas de esquecimento da escravidão, maquiadas em atos formais de igualdade legal, enquanto se omitiam quaisquer políticas efetivas de reparação. Da mesma forma, foram negadas e

71 FILHO, J. C. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. *Revista Veritas*. Porto Alegre. PUC/RS. v.53, n.2, 2008.

72 MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. PUC/RS. v. 41, n.1, p.79-97, 2015.

73 RUIZ, Castor Bartolomé Ruiz (org.). *Justiça e memória. Para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

74 VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. A memória de um período e a verdade da história. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 48, n. 2, p. 93-100, 2012.

75 RODEGHERO, C. S. A anistia entre a memória e o esquecimento. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 13, n. 2, 2009.

ocultadas por diferentes atos de esquecimento sucessivas violências históricas como a guerra do exército republicano contra os sertanejos em Canudos, ou os camponeses de Contestado, e a repressão do Estado Novo de Getúlio Vargas, etc.

A máxima de que a violência que não se neutraliza através da memória das vítimas tornará a repetir-se como tragédia, se aplica *stricto sensu* na história do Brasil. Até hoje continua a prática da tortura em segmentos dos aparatos de Segurança do Estado como uma técnica habitual e legítima, porque nunca houve sequer um julgamento ou condenação dos aparatos de tortura desde Getúlio Vargas ou a ditadura civil militar de 1964. Houve estratégias de esquecimento que ocultaram os aparatos de repressão criados pela ditadura de Getúlio Vargas, durante o estado de exceção decretado no chamado Estado Novo. Esses aparatos de repressão mimetizaram no Brasil os modelos do Estado policial que o nazismo e os diversos fascismos implantaram durante a década de 1930. Através desses aparatos de repressão se institucionalizou nos aparatos do Estado, no Brasil, a tortura como se fosse um instrumento legítimo de polícia. Ao desaparecer o estado de exceção do Estado Novo, não foi feita memória da repressão do Estado Novo e também não foram desconstruídos os aparatos de repressão e tortura por ele instalados. Como consequência, esses aparatos permaneceram ativos na sombra dos sucessivos governos, promovendo em diferentes segmentos do Estado a prática normalizada e até a formação de quadros especializados na tortura como técnica de interrogatório⁷⁶. Quando se instala o golpe de Estado de 1964, esses aparatos repressivos foram simplesmente aperfeiçoados com ajuda de torturadores da França e principalmente dos Estados Unidos, e também foram expandidos para se tornarem o braço violento do autoritarismo, ainda que sem o reconhecimento legal de sua atuação ou existência. Tal estratégia de esquecimento possibilita que a tortura não tenha sido desconstruída oficialmente através das condenações sumárias de torturadores confessos, por isso a tortura continua a ser vista por muitos segmentos como algo legítimo e se pratica em muitos casos com impunidade e normalidade.

Para desconstruir a legitimidade social da violência autoritária do estado de exceção, como a de qualquer violência, há que confrontar a violência histórica com a memória das vítimas dessa violência. A memória das vítimas mostra a face mais brutal, assassina, de toda violência. Através da memória das vítimas os discursos ideológicos de legitimação da violência são confrontados com a inumanidade constitutiva de toda violência. Não há violência que possa se legitimar socialmente quando confrontada com a desumanidade que ela produz⁷⁷.

O princípio de que a memória das vítimas é um antídoto contra a reprodução social da violência foi amplamente aplicado nas políticas públicas de memória na Alemanha pós-nazista como estratégia para confrontar a sociedade alemã, que havia sido massivamente capturada pela ideologia nazista com a brutalidade inumana a que tal violência totalitária conduziu e conduz, evitando negacionismos que perpetuariam o nazismo. De igual modo, podemos destacar, entre outras experiências, as políticas de memória realizadas na Argentina para mostrar publicamente a barbárie de sua ditadura militar e seu estado de exceção (1976-1983) que provocou milhares de mortos e desaparecidos. Essas políticas de memória, acompanhadas de julgamentos sumários dos principais responsáveis políticos dessa violência, propiciou que na atualidade exista na Argentina uma ampla rejeição ao que foi o regime militar e como consequência a quaisquer tentativas de voltar no presente.

A memória traz à luz do presente a barbárie da violência, confrontando os discursos legitimadores da violência com a real face de sua crueldade. A memória tem a potencialidade

76 Cf. o artigo de Marly de Almeida Gomes Vianna. *Estado Novo: Consolidando o autoritarismo*. São Paulo: Memorial de Resistência, s/d. Disponível em: https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2012_Estado-Novo-Consolidando-o-autoritarismo.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

77 RUIZ, C. B. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 28, n. 2, p. 70-83, 2012.

de nos fazer perceber que o passado histórico não é um tempo morto que se foi, mas que ele continua a fazer parte de nosso presente. Através da memória se consegue resgatar as implicações do passado em nosso presente, possibilitando, desse modo, que nosso presente consiga ressignificar o passado que o constitui, possibilitando desconstruir e reconstruir o próprio presente. Essa relação diacrônica entre nosso presente e o passado se torna uma urgência ética quando diz respeito das injustiças históricas e dos episódios de violência institucional, como foi o golpe de Estado de 1964 no Brasil⁷⁸

A FABRICAÇÃO DO INIMIGO E O ESTADO DE EXCEÇÃO

A memória histórica tem a potencialidade de conectar o passado com nosso presente, projetando uma luz crítica sobre nossa realidade. Ao fazermos memória do golpe de estado de 1964 no Brasil e o estado de exceção por ele impetrado, é preciso fazer uma análise das estratégias a partir das quais o golpe se tramou e o estado de exceção conseguiu amplo apoio social. Muitas das estratégias do estado de exceção imposto pelo golpe militar eram uma adaptação das utilizadas pelos fascismos e o nazismo no início do século XX. Por sua vez, iremos mostrar como as estratégias do estado de exceção utilizadas pelo golpe de Estado de 1964 no Brasil, por não terem sido desconstruídas publicamente por atos de verdade, memória e reparação, continuam a se repetir, replicando e assombrando o nosso presente na emergência dos novos autoritarismos do século XXI.

Os movimentos fascistas das primeiras décadas do século XX conceberam a política seguindo o modelo proposto por Carl Schmitt, filósofo-jurista de grande influência no nazismo. Schmitt desdobra o paradigma hobessiano da guerra de todos contra todos no modelo social que concebe a guerra como a relação amigo - inimigo. “a distinção especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo.” (Schmitt, 2002, p. 26).

A política, para Schmitt, não é a arte da deliberação coletiva, mas uma estratégia bélica na qual o outro diferente é sempre um inimigo. Schmitt reatualiza o modelo hobessiano das relações sociais concebidas como uma guerra natural de todos contra todos, que não pode ser neutralizada a não ser através da imposição de uma vontade soberana que submeta o estado natural de guerra ao medo do poder soberano absoluto, “Por isso, em Schmitt, a soberania se apresenta na forma de uma decisão sobre a exceção”.⁷⁹

Para Schmitt, a política deve ser concebida segundo o modelo da guerra, e não segundo o paradigma da democracia que aceitava a pluralidade, a diferença e o consenso da maioria como critério deliberativo a política. Apesar de diferentes interpretações teóricas que podem ser feitas das teses de Schmitt, os movimentos fascistas e o nazismo, inspirados nos princípios de Schmitt, conceberam a política como uma guerra contra inimigos diversos: inimigos da pátria, inimigos da moral, inimigos das tradições, inimigos da propriedade, inimigos da religião, inimigos da raça, etc. A prática necropolítica dos fascismos utilizou-se das teses schmittianas da política, como a diferenciação entre amigo e inimigo, com o objetivo de conseguir dividir a sociedade de modo bipolar, a tal ponto de que aqueles que não se alinhavam com a ideologia e práticas fascistas eram simplesmente inimigos.

O inimigo é diferente do adversário. O adversário político, religioso, ideológico, etc é aquele que tem opiniões diferentes, porém legítimas para ele, ainda que sejam diferentes das minhas. Por este motivo, o adversário é parte constitutiva da política democrática, entendida como arte

78 NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudo Ibero-Americanos*. Porto Alegre. PUC/RS. v. 43, n. 2, p.346-366, 2017.

79 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 33.

do debate agonístico entre os diferentes. Para os fascismos, não existem adversários, mas inimigos, por isso a política deve ser concebida como uma guerra contra os inimigos. Na guerra, o outro não é percebido simplesmente como o diferente ou como um adversário, mas sempre um inimigo. A guerra provoca a divisão estrita entre amigos e inimigos. O inimigo, na guerra, tem que ser simplesmente aniquilado. A guerra existe como meio para eliminar os inimigos. Com o inimigo não há possibilidade de debate teórico de opiniões, mas uma guerra de aniquilação.

O totalitarismo moderno pode ser definido, neste sentido, como a instauração, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que por qualquer razão não são integráveis no sistema.⁸⁰

Ainda segundo Schmitt, as diferenças e rivalidades sociais só se tornam políticas quando estas atingem um grau de belicosidade tal que deixam de ser diferenças ou rivalidades para se tornarem relações políticas entre amigos e inimigos. A política, para Schmitt, só pode existir quando a tensão da rivalidade e das diferenças atinge um grau máximo de belicosidade que faz aparecer a figura do inimigo.

[...] contraposições religiosas, morais, entre outras, intensificam-se como contraposições políticas e podem provocar o agrupamento decisivo do tipo amigo inimigo; porém, se ocorrer este agrupamento de combate, a contraposição que dá a medida passa a ser não mais puramente religiosa, moral ou econômica, mas sim política [...]. Nada pode escapar desta consequência do político⁸¹.

Os fascismos da primeira metade do século XX, para legitimar o estado de exceção, se utilizaram da estratégia da fabricação do inimigo como meio para polarizar as relações sociais ao extremo. A polarização das relações sociais anula os princípios da convivência com o pluralismo democrático e introduz o germe da belicosidade entre amigos e inimigos. Desse modo, os fascismos tensionaram ao extremo as diferenças com os diferentes grupos sociais até conseguir torná-los inimigos provocando que grandes segmentos da população tivessem que optar entre ser amigo ou inimigo do fascismo. Através desta estratégia, os fascismos se apropriaram, por exemplo, do patriotismo e dos símbolos nacionais, mas também fabricaram o conceito de raça pura como a raça nacional, para produzir um efeito de coesão social entorno de um elemento comum, fazendo surgir diferentes inimigos da pátria que deveriam ser combatidos e exterminados.

Os fascismos cresceram socialmente através da adesão de massas atraídas pela fabricação de inimigos, a maioria deles invisíveis ou hipertrofiados. A fabricação social do inimigo é uma das principais estratégias utilizadas pelos fascismos para conseguir uma penetração social ampla e uma legitimidade suficiente para implementar o estado de exceção como meio legítimo para enfrentar e se defender dos inimigos que representam uma ameaça direta para a integridade das pessoas, das famílias, das propriedades, da pátria, etc. Um dos efeitos políticos perseguido pelos fascismos com a fabricação do inimigo é propiciar a legitimação da violência como algo legítimo para se defender dos inimigos. Os movimentos fascistas se caracterizam por utilizar a violência como ferramenta política necessária contra os inimigos. Quando se constitui o inimigo emerge a legitimidade da utilização da violência para combatê-lo. Diferente do adversário com o qual se mantém um debate público de ideias com respeito pela sua integridade, com o inimigo se utiliza a violência como meio legítimo para eliminá-lo. A utilização da violência é inerente às práticas fascistas, que a entendem legítima para eliminar os inimigos da pátria, da ordem, etc. Através da fabricação política da violência, os fascismos almejavam instalar o estado de exceção que possibilitasse a emergência de um

80 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de excepción. Homo sacer II, I*. Buenos Aires: Hidalgo, 2005, p. 25.

81 SCHMITT, Carl. *Der begriff des politischen*. Berlim: Duncker & Humblot, 2002, p. 36.

poder soberano “É este o sentido último do paradoxo formulado por Schmitt quando escreve que a decisão soberana demonstra não ter necessidade do direito para criar o direito”⁸².

Os fascismos fabricaram um amplo espectro de inimigos, promovendo uma tensão máxima das diferenças, ao extremo dos adversários não serem vistos mais como legítimos e foram transformados em inimigos. Desse modo, se tornaram inimigos da pátria e da ordem social os judeus, mas também os comunistas, os negros, os homossexuais, refugiados de outras etnias e nacionalidades, entre outros.

2. O golpe de Estado civil militar de 1964 no Brasil, assim como os sucessivos golpes de Estado acontecidos na América Latina nessas décadas, incorporaram em seu roteiro golpista a estratégia fascista da fabricação do inimigo a fim de impor o estado de exceção. O golpe de Estado de 1964 foi resultado de um longo processo de décadas nas quais se investiu amplamente na produção de inimigos do Brasil como inimigos da pátria. A fabricação do inimigo envolveu diferentes táticas nacionais e internacionais. Para conseguir fabricar o inimigo no imaginário social brasileiro, se criaram diferentes organizações de extrema direita cujo objetivo principal era derrubar o governo democrático de João Goulart através da estratégia da produção do inimigo⁸³.

Um exemplo paradigmático dessa rede foi o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES), criado em agosto de 1961, por um grupo de empresários de Rio de Janeiro e de São Paulo, junto com um grupo de oficiais próximos da Escola Superior de Guerra (ESG). O IPES congregou uma parte do empresariado nacional mais representativo, junto com militares, jornalistas e um grupo de intelectuais afins à ideologia de extrema direita⁸⁴. O IPES recebia financiamento internacional diretamente da Central de Inteligência Americana - CIA. O IPES produzia abundante material jornalístico em rádios, filmes, tvs, diferentes publicações, anúncios, etc, com o objetivo de promover uma tensão social extrema no Brasil, ao ponto de transformar os adversários políticos da democracia em inimigos da pátria.

O IPES servia, também, como matriz de um grande número de outras organizações criadas com a mesma finalidade de produzir uma belicosidade interna das relações sociais que levasse ao ponto de fazer emergir o perigo do inimigo nacional. Entre essas organizações conexas com IPES estavam a União Cívica Radical (São Paulo), Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), grupos responsáveis por desencadearem as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, grupos de mulheres politicamente organizadas – Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), organizações estudantis como, por exemplo, o Movimento Estudantil Democrático; entre os trabalhadores urbanos e operários como o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos; grupos de camponeses e líderes rurais, como os que se organizavam em torno do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.

O objetivo principal de todas estas organizações era provocar uma polarização social extrema que legitimasse a ruptura democrática do governo de João Goulart e a aceitação social do estado de exceção como algo necessário para segurança. A ruptura democrática só poderia acontecer mediante a utilização do dispositivo da exceção, que se utiliza da violência. Para conseguir aceitação social suficiente para a aceitação do estado de exceção na ruptura democrática, se promoveu a estratégia a fabricação dos inimigos da pátria, como uma ameaça extrema da segurança, da ordem social, das propriedades e até das vidas das pessoas.

Todas estas organizações tinham a estratégia comum da fabricação do inimigo social da pátria, da propriedade e da família⁸⁵. Esse inimigo da pátria era denominado de comunismo.

82 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 26.

83 GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004^a.

84 OLIVEIRA, C.F. Ipes e Ibad: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista História em Reflexão*. Dourados: UFGD, v. 2, n. 3. 2008.

85 CRESTANI, L.A. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). *Revista História em*

Sob o rótulo do comunismo se promoveu um medo irracional de um perigo e de um inimigo invisível que ameaçava a essência da pátria brasileira. Uma vez produzido o inimigo, não mais cabe o debate democrático de posições e entra em cena a violência da força como um médio legítimo para eliminar o inimigo da pátria que ameaça a vida e a segurança de todos os brasileiros.

Imediatamente após a implementação do estado de exceção que provocou o vazio de direitos fundamentais possibilitando que um poder soberano agisse com impunidade, foi desencadeada uma repressão seletiva sobre líderes políticos, militares, artistas, sindicalistas, camponeses e um amplo leque de supostos “inimigos”. A primeira lista de inimigos a serem presos foi elaborada pelo Ato Institucional n. 1 do golpe de Estado, nessa lista se incluía mais de 3.500 pessoas. A essa lista seguiram outras listas de inimigos que deveriam ser perseguidos e presos, já nos primeiros dias do golpe de Estado até mais de 50.000 brasileiros considerados inimigos foram detidos.

A repressão aos inimigos também abrangeu o próprio Congresso Nacional, que foi dissolvido. Os partidos políticos foram extintos, cassaram o voto direto e criaram, em 1966, um bipartidarismo dócil aos interesses dos golpistas para domesticar qualquer oposição. Foram cassados 166 deputados federais, considerados inimigos. Ao menos 6.951 militares também foram presos ou desligados das Forças Armadas, sendo 35 mortos e desaparecidos. Mais de 5.000 civis considerados inimigos sofreram demissões, cassações e suspensão de direitos políticos. Outros 1.024 civis foram presos e torturados, entre eles também encarceraram 273 cristãos considerados inimigos por seu trabalho pastoral. Ao menos 11 bebês e crianças foram presos e fichados, alguns deles inclusive foram obrigados a assistir as torturas de seus próprios pais. Foram constatados 434 assassinatos sob tortura nos porões invisíveis de diferentes instituições do Estado, inclusive com o desaparecimento dos corpos. Ainda está por fazer uma memória e esclarecer a verdade dos milhares de indígenas que foram literalmente assassinados por diferentes estratégias militares em vários projetos como a construção da Transamazônica. Da mesma forma, permanecem ocultas as mortes de centenas de camponeses que em diferentes regiões do Brasil foram simplesmente mortos, sem nenhum tipo de registro por qualquer forma de oposição à ditadura do golpe de Estado⁸⁶.

3. O resgate deste recorte da memória histórica do golpe de Estado civil militar de 1964 e seu conexo estado de exceção não permanece como um fato morto do passado. Dado que no Brasil não se promoveu um debate público a respeito do golpe de Estado de 1964 e da barbárie do estado de exceção, os princípios, os objetivos e as estratégias desse golpe de Estado e do estado de exceção continuaram como legítimas para muitos grupos sociais. Por causa disso, vemos na atualidade ressurgir novos movimentos autoritários no Brasil que se nutrem dos princípios que impulsionaram o golpe de Estado de 1964 e clamam por um novo estado de exceção com o lema “intervenção militar, já!”. Ainda mais, estes novos grupos e movimentos autoritários utilizam-se da mesma estratégia da fabricação do inimigo para provocar uma polarização da vida social brasileira com o mesmo objetivo de pretender fabricar novos inimigos da pátria hoje que propicie uma base social suficiente para implementar novas formas de exceção.

A memória histórica nos possibilita conectar o passado com o presente e entender melhor como os novos movimentos autoritários no Brasil e no mundo replicam as estratégias fascistas da fabricação do inimigo como essência da política. No caso do Brasil, assistimos à tentativa de diferentes grupos para ressuscitar o fantasma do comunismo como um inimigo da pátria que deve ser combatido e aniquilado. Por sua vez, como a figura do comunismo aparece cada vez

Reflexão. Dourados: UFGD, v. 5, n. 9, 2011.

86 GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

menos crível e aparece mais uma miragem artificial, os novos autoritarismos se empenham em fabricar novos inimigos sociais que justifiquem o estado de exceção, entre eles ganha destaque a figura do criminoso e até os migrantes. Ainda que muitos representantes desses movimentos autoritários no Brasil têm conhecidas conexões com grupos milicianos e paramilitares, eles investem em intensa propaganda para se apresentarem como promotores de políticas para uma repressão indiscriminada e militarizada contra uma espécie de criminalidade difusa que ameaça a vida social. Desse modo a figura do criminoso se torna um novo inimigo. Com base nessa nova figura do criminoso como inimigo, se promove a figura do cidadão de bem como o amigo que deve ser salvo. Eles se consideram os autênticos representantes dos cidadãos de bem e promovem o armamento indiscriminado como política pública para combater esse inimigo difuso do criminoso.

Estes novos autoritarismos também reciclaram o inimigo ideológico através de diferentes estratégias, como a que denominam de “guerra cultural”⁸⁷. O conceito de guerra cultural se acomoda perfeitamente à estratégia belicista de produção do inimigo e da concepção da política como eliminação do inimigo. Através da guerra cultural se fabricam inumeráveis inimigos visíveis e invisíveis associados à imagem de uma cultura moralizada e moralizadora dos costumes, que representaria a essência da pátria brasileira. Na outra ponta estão os inimigos da guerra cultural que são uma grande parte de artistas, cineastas, intelectuais, produtores culturais e até as universidades são consideradas um foco a se combatido nessa guerra cultural.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO MEDO E A CULTURA DO ÓDIO

1. Os fascismos foram os movimentos políticos modernos que exploraram de modo mais estratégico o dispositivo do medo para cooptar a simpatia de grandes massas sociais na aceitação dócil do estado de exceção. O medo já foi analisado por Hobbes como uma das paixões inerentes ao ser humano que tem amplo impacto político. O medo é uma paixão humana que se bem instrumentalizada pelo governante poderá conduzir devidamente os comportamentos dos indivíduos. Na perspectiva de Hobbes o medo é um dos instintos (paixões) que possibilitam que o ser humano consinta ceder o poder do estado de natureza para um soberano que governará com poder absoluto. Esta cessão de poder se justifica, segundo Hobbes, pela segurança para todos, e se realiza através da suspensão de direitos fundamentais, no que se constitui um estado de exceção de fato. O medo é o instinto que induz as pessoas a consentirem voluntariamente na exceção para serem governados por um líder autoritário, um soberano, na expectativa de conseguir segurança para aliviar esse medo. Há uma estreita correlação entre o medo e o estado de exceção do autoritarismo. A exceção só se legitima socialmente quando as pessoas consentem em serem governadas de modo autoritário em troca de segurança que lhes alivie de seus medos. O medo induz o consentimento a transferir, através do dispositivo da exceção, o poder a um soberano ou poder autoritário que pode trazer segurança na mesma proporção que se impõe com medo, “porque os vínculos das palavras são demasiado fracos para refrear a ambição, a avareza, a cólera e outras paixões dos homens, se não houver o medo de algum poder coercitivo”⁸⁸. A

⁸⁷ A expressão *guerra cultural* remete em grande parte à obra de Davison Hunter. *Is there a culture war? A dialogue on values and American public life*. Washington: Pew Research Center, 2006. O artigo do autor. Id. *A guerra cultural continua*. Pol. Cult. Rev. Salvador. v. 15, n. 1, p. 22-62, jan/junho, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385/27344>. Acesso em: 14 mai. 2024.

⁸⁸ HOBBS. *Leviatão, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, p. 50. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh/>

estratégia de produzir o inimigo tem por objetivo gerar medo nas pessoas a tal ponto que elas se sintam extremamente ameaçadas em sua segurança pelos inimigos, nessas circunstâncias de medo extremo é quando os cidadãos aderem com satisfação às formas de exceção dando seu consentimento a líderes autoritários que lhes oferecem promessas de segurança.

O medo provoca nos indivíduos uma atitude de amedrontamento que politicamente os conduz à procura de líderes salvacionistas. O amedrontamento, se bem instrumentalizado politicamente, induz uma atitude de docilidade e submissão ao comando de uma vontade soberana ou de um líder forte num estado de exceção. As populações amedrontadas clamam por segurança e aceitam docilmente a exceção como dispositivo biopolítico de governo. A instrumentalização política do medo cria as condições de possibilidade para instaurar o estado de exceção no qual líderes e movimentos autoritários são aclamados massivamente como salvadores da pátria.

A analítica do medo de Hobbes inspira a estratégia política da exceção dos fascismos e dos novos movimentos autoritários. Isso não é casual. Hobbes é o teórico da exceção soberana e do autoritarismo como poder absoluto para neutralizar o que ele denominou de estado de natureza de uma guerra de todos contra todos. Os fascismos instrumentalizaram a fabricação do inimigo com a produção do medo para induzir a legitimidade do estado de exceção. O inimigo é fabricado a partir dos medos que os movimentos autoritários inoculam. E vice-versa a produção dos medos fabrica os inimigos que amedrontam as populações. Há uma estreita correlação entre a fabricação política do inimigo e a instrumentalização do medo como ferramenta de cooptação populista de massas sociais na aceitação da exceção. Os fascismos historicamente articularam politicamente essa relação ao fabricarem o medo dos judeus e o medo dos comunistas, como os inimigos da pátria que ameaçavam a segurança nacional, a integridade da ordem social e se lhes fazia responsáveis pelos principais problemas e males sociais. O medo desses inimigos sociais justificava a necessidade de medidas de força e até da pura violência da exceção contra eles por questões de segurança nacional. Desse modo, os fascismos conseguiram atrair a grandes massas sociais que procuravam segurança contra os medos produzidos pelos inimigos da pátria, os inimigos da propriedade, os inimigos da raça, os inimigos da ordem.

2. O estado de exceção do golpe de Estado de 1964 no Brasil seguiu a mesma estratégia política dos fascismos ao promover um medo extremo na sociedade contra o comunismo e os comunistas como os inimigos da pátria. A estratégia do medo foi utilizada de modo estratégico para produzir na sociedade brasileira um amedrontamento geral em relação a um suposto perigo de segurança nacional. A disseminação em grande escala de narrativas amedrontadoras sobre o perigo do comunismo e o medo dos comunistas criaram as condições sociais necessárias para obter um apoio social amplo e desencadear uma repressão em grande escala contra os inimigos da pátria.

Um dos centros do Estado que se especializou em produzir uma “cultura do medo” para viabilizar o golpe de Estado de 1964 foi a Escola Superior de Guerra – ESG. A ESG produziu a narrativa da Doutrina de Segurança Nacional –DSN, base doutrinária oficial do medo dos inimigos da pátria a partir da qual se desenharam a legitimação do estado de exceção golpe de Estado e suas estratégias de repressão contra os inimigos⁸⁹. A doutrina do medo aos inimigos propalada pela ESG estava enquadrada na narrativa maior da guerra fria que os Estados Unidos – EUA. Houve uma estreita relação entre as estratégias dos EUA para disseminar o medo e o modo como a ESG operou no Brasil. EUA instrumentalizou e organizou uma aliança

[thomas_hobbes_leviatan.pdf](#). Acesso em: 12 mai. 2024.

89 Cláudio Beserra de Vasconcelos. Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, p. 278-308, jan.-jun. 2020.

interamericana de assistência militar ao Brasil e também a vários países de América Latina com o objetivo de afinar as estratégias no Cone Sul de repressão aos inimigos.

Um desdobramento trágico dessa estratégia do medo e repressão indiscriminada aos inimigos no estado de exceção foi implementada na denominada Operação Condor. Esta operação foi idealizada pelos comandantes da ditadura chilena em conexão com os diferentes países do Cone Sul, entre eles o Brasil, com o objetivo de expandir a doutrina do inimigo e do medo ao inimigo para além das fronteiras nacionais. Desse modo, os inimigos eram comuns a todos os países do Cone Sul e o estado de exceção possibilitou que as forças da repressão os caçassem literalmente para além das fronteiras numa estratégia comum e articulada entre as diferentes ditaduras militares⁹⁰.

3. O estado de exceção do golpe de Estado de 1964 no Brasil e sua consequente repressão em grande escala sobre os “inimigos” da pátria, não poderia ter acontecido sem um significativo apoio social. Para conseguir esse apoio social se utilizaram as mesmas estratégias que os movimentos fascistas utilizaram para cooptar a adesão das massas, ou seja, a produção do inimigo e a disseminação em grande escala do medo a esse inimigo. Contudo, ainda cabe analisar um elemento a mais dessa realidade, a saber, como é que as estratégias fascistas que foram utilizadas durante o estado de exceção do golpe militar de 1964 no Brasil permanecem ativas em nosso presente?

Dado que no Brasil não se implementaram políticas públicas de memória histórica para desconstruir as narrativas do estado de exceção do golpe, nem se puniu a nenhum responsável pelas torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos durante o golpe de 1964, as narrativas do golpe de Estado e os seus responsáveis são ainda saudados como salvadores da pátria por grupos políticos e sociais que arrastam consigo um parcela significativa da população. Estes grupos representam as novas configurações do autoritarismo e suas tentativas de impetrar novas formas de exceção. São movimentos autoritários que têm por objetivo erodir a democracia de diferentes formas para conseguir implantar novas formas de exceção como dispositivos biopolíticos de governo, similares aos que foram no passado os fascismos e os golpes de Estado na América Latina. Por tudo isso, o estado de exceção do golpe de Estado de 1964 é um passado que não passou

Ao analisarmos hoje os 60 anos de período sombrio da história do Brasil, não voltamos simplesmente ao passado, senão que o confrontamos com nosso presente percebendo nos novos movimentos autoritários o ressurgir de um passado sombrio que não passou. Os novos grupos e movimentos autoritários não só se nutrem das narrativas do autoritarismo inerente ao golpe de 1964 no Brasil, como incorporaram as estratégias fascistas da exceção em toda sua amplitude. Os nexos entre os fascismos e os novos movimentos autoritários são muito mais estreitos do que eles mesmos mostram. Os novos movimentos autoritários também incorporaram a estratégia de fabricação do medo para conseguir produzir um amedrontamento na população que legitime decretos de exceção como aqueles que demandam “intervenção militar, já!”. Esse amedrontamento tem o mesmo objetivo dos movimentos fascistas, conseguir que o medo produzido leve as pessoas a aceitar e até pedir atos de exceção como solução política de problemas muitas vezes fictícios ou hipertrofiados.

A estratégia do medo viabilizada pelos novos movimentos autoritários segue o padrão das estratégias fascistas, porém recicladas nos discurso e adaptadas às novas tecnologias. Entre

90 Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos entregou à Comissão Nacional da Verdade, em 2012, um conjunto de mais de duzentos documentos comprovando muitos dos operativos de repressão da Operação Condor. Um relato sintético a respeito da Operação Condor por Jair Krischke pode ser encontrado em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/11954-quem-inaugurou-a-operacao-condor-quando-sequer-havia-esse-nome-foi-o-brasil-entrevista-especial-com-jair-krischke>. Acesso em: 14 mai. 2024.

as novas estratégias disseminadoras do medo ao inimigo podemos mencionar a estratégia da mentira, com a teoria da pós-verdade, e a implantação da cultura do ódio.

A fabricação do inimigo e a conseqüente produção do medo se faz concomitantemente com a produção de uma cultura do ódio. A cultura do ódio se instala quando se consegue que o medo do inimigo se transforme em ódio contra o inimigo. A passagem do medo para o ódio resulta relativamente plausível quando se consegue que o medo do inimigo seja o suficientemente intenso não só para temê-lo, mas para odiá-lo por tudo o que ele significa. Desse modo, o ódio consegue dividir a sociedade em dois blocos, de tal modo que todo mundo se vê obrigado a tomar posição por um dos blocos, caso alguém não seja o suficientemente explícito no seu posicionamento social de ódio ao inimigo, ele será visto como cúmplice desse inimigo.

A cultura do ódio é instrumentalizada politicamente pelos atuais movimentos de extrema direita em vários sentidos. Inicialmente, o ódio fabricado politicamente canaliza o medo do inimigo para uma espécie de confrontação aberta contra o inimigo. O inimigo deixa de ser temido para ser odiado. O ódio canaliza o medo de modo destrutivo. A instrumentalização política do medo visa atijar ao extremo a confrontação social com objetivo de criar um caos social generalizado que clame por medidas de exceção que permitam aflorar um “salvador da pátria”⁹¹.

A cultura do ódio tem por objetivo instalar na sociedade uma bipolaridade extrema na qual se estabeleça o princípio fascista da política como confrontação dual entre amigo ou inimigo com objetivo de decretar a exceção como dispositivo de governo. A cultura do ódio visa dividir a sociedade bipolarmente a tal ponto que aquele que não se alinhar com o grupo ou movimento será considerado simplesmente inimigo. A bipolaridade instalada pela cultura do ódio visa a confrontação social permanente e em grande escala. Desse modo se instala o princípio hobessiano de uma guerra de todos contra todos, criando as condições de possibilidade para legitimar a intervenção de um poder soberano, neste caso seria um outro golpe militar. Esse estado de guerra social promovido pela cultura do ódio pretende alimentar a legitimação e até a necessidade da exceção para um projeto autoritário que nos salve desse caos social, que a própria cultura do ódio instalou.

A cultura do ódio instala a intolerância como princípio político que justifica a repressão violenta contra os inimigos. A tolerância é a virtude política da democracia que aceita o princípio do diferente e dos adversários como constitutivos da própria pluralidade política. A intolerância é a marca do autoritarismo. Ele pretende anular a diferença e abafar toda dissidência. A intolerância se legitima socialmente quando o ódio contra o inimigo se instala no corpo social. Para legitimar a intolerância contra o inimigo utiliza-se com frequência o princípio da “segurança nacional”. A intolerância é inerente ao autoritarismo na mesma proporção que este inocula a cultura do ódio para se instalar socialmente⁹².

A cultura do ódio opera como estratégia paranoica pela qual pretende salvar a sociedade da beligerância e o caos que ela mesma criou. A cultura do ódio aspira a erodir a democracia por dentro, mostrando que o regime democrático conduz a uma situação beligerante e caótica, sendo que esta situação é estrategicamente produzida pela própria cultura do ódio. Por fim, a cultura do ódio polariza a sociedade num conflito ideológico e político permanente para instalar um clima de guerra social que desemboque no caos de convivência que legitime o estado de exceção. Esse caos criará as condições de possibilidade para que se exija a necessidade da exceção e a emergência de um governante autoritário que nos salve do caos que ele mesmo provocou.

91 GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

92 LEBRUN, J. P. O futuro do ódio. Porto Alegre: CMC, 2008.

Os novos movimentos autoritários do Brasil replicam as estratégias dos fascismos e do militarismo golpista para tentar instalar uma cultura do ódio dentro da sociedade brasileira, a fim de viabilizar a exceção e seu projeto político de autoritarismo. Para este propósito utilizam várias táticas, das quais destacamos cinco, a saber.

- a) Cooptaram os símbolos nacionais como se fossem símbolos partidários, a partir deles tentam polarizar a sociedade numa dicotomia de amigo – inimigo. Os amigos são todos os que se vinculam aos símbolos da pátria por eles manipulados, do outro lado eles colocam os diferentes que se tornam automaticamente em inimigos da pátria. Assim como fizeram no golpe de Estado de 1964, agora os novos movimentos autoritários cooptaram e manipularam os símbolos nacionais para impor uma bipolaridade social, evidenciando que estamos assombrados por um passado que não passou.
- b) Uma segunda tática amplamente utilizada pelos novos movimentos autoritários é a manipulação da religião. Ainda que em alguns movimentos fascistas, principalmente no nazismo, a religião não foi o elemento ideológico por excelência, em outros movimentos fascistas e principalmente nos golpes militares de América Latina a religião foi amplamente manipulada para conseguir adesão social massificada do novo regime. O golpe militar de 64 no Brasil foi amplamente preparado, também, por manipulação religiosa do catolicismo mais conservador, principalmente destacado nas marchas “Deus, Pátria e Família”. Contudo é conveniente ressaltar que nas décadas posteriores se consolidaram grandes núcleos de resistência à ditadura dentro da Igreja Católica, como exemplos paradigmáticos poderia se mencionar a D. Paulo Evaristo Arns – SP, D. Helder Câmara - RE; D. Pedro Casaldáliga - MT; D. Balduino - RJ, e amplos movimentos da teologia da libertação e das comunidades de Base por todo Brasil. Em qualquer caso, a manipulação religiosa foi e continua sendo uma das estratégias dos atuais movimentos autoritários, principalmente no Brasil. Na atualidade é notório o protagonismo político de pastores evangélicos que a frente de grandes Igrejas conseguem arrastar uma multidão de fiéis para as arenas dos novos movimentos autoritários. Pastores cujas igrejas articularam-se num projeto político de neo-cristiandade ultra conservadora e até financiam partidos e concentrações políticas das lideranças da extrema direita no Brasil. Através da manipulação da religião, os novos movimentos autoritários tentam instalar uma outra bipolaridade a dos crentes contra os ateus, aqueles seriam os amigos e estes os inimigos. Mais uma bipolaridade fabricada para implantar a cultura do ódio mostrando que o passado autoritário não passou.
- c) Os movimentos fascistas se caracterizaram por criarem organizações paramilitares que amedrontavam com sua truculência e violência a todos os adversários tratados como inimigos. Historicamente estas forças paramilitares ficaram tristemente conhecidas nos diferentes movimentos fascistas como os camisas pretas do fascismo na Itália, os camisas azuis do fascismo espanhol, os camisas pardas – SA do nazismo, os camisas verdes do movimento fascista do Integralismo brasileiro, etc. Na atualidade e dado o maior amadurecimento das democracias, não são consentidas forças paramilitares organizadas que venham a impor pela violência quaisquer objetivos. Contudo, no Brasil assistimos a um fenômeno que não parece secundário ou menor, qual seja a estreita relação e abundantes vínculos explícitos entre muitos grupos da extrema direita e as narco-milícias, principalmente no RJ. Os estreitos elos que vinculam os milicianos a muitos personagens políticos da extrema direita são um grave indício de que estas organizações criminosas estão amplamente disseminadas dentro dos grupos de extrema direita no Brasil, assim com os grupos de extrema direita também

se utilizam deles para expandir a sua influência social através da violência e do medo nas áreas por eles dominadas. Junto a este fenômeno tão perigoso, há que destacar a permanente identificação e desmantelamento, quando identificadas, de células nazistas em diferentes estados do Brasil que planejam e executam atos de terrorismo político explícito. A persistência desta lacra social é mais um elemento que indica que nosso passado autoritário não passou.

- d) O fascismo também cresceu de forma massiva porque soube desenhar e aprimorar uma estética própria para atrair as massas. A estética fascista soube se utilizar de forma muito pioneira dos novos meios de comunicação social da época, principalmente o rádio, jornais, e também do incipiente cinema. Através da estética fascista se recriaram grandes marchas, concentrações, uniformes, símbolos fascistas, saudações fascistas, tudo eivado de uma aura de inovação e progresso. Os fascismos foram aclamados como uma inovação estética e política que atraía as massas pela beleza estética dos diferentes momentos. Da mesma forma os novos movimentos autoritários se apressaram a se introduzir nas novas tecnologias digitais e através delas criaram fábricas de mensagens que distribuídas em grande escala pelas redes sociais conseguiram penetrar capilarmente até nas camadas sociais mais humildes. Os novos autoritarismos se utilizaram da algoritmização comportamental como uma nova estética da política autoritária. Para esta ampla disseminação de ideias e modelos autoritários, tiveram apoio de grandes magnatas da mídia digital. Um dos casos mais notáveis é o ocorrido com a empresa Cambridge Analytica, do magnata alinhado com a extrema direita internacional Steve Bannon, que através de esta empresa utilizou os megadados da rede Facebook para direcionar a opinião de 87 milhões de eleitores, muitos deles terminaram votando em Trump de modo induzido. Da mesma forma, no Brasil, sofremos uma intensa manipulação digital como estratégia estética de cooptação e manipulação de amplas camadas da opinião pública.
- e) Por fim, há que destacar a estratégia da mentira como arma política dos novos autoritarismos. Ainda que a utilização de mentira como estratégia política não seja privilégio exclusivo dos fascismos, a mentira politicamente instrumentalizada é inerente a todas as formas de autoritarismo. O autoritarismo se fabrica com a mentira, se nutre da mentira e com ela manipula as massas. Os atuais movimentos autoritários destacam-se de modo ostensivo na fabricação de mentiras em escala algorítmica. Desde o governo de Trump nos EUA, estes movimentos autoritários têm praticado uma teoria da pós-verdade como uma prática da mentira constante, deliberada e escancarada para confundir a verdade e manipular a opinião das pessoas. Utilizam ostensiva e intensivamente as novas tecnologias digitais para fabricar e divulgar as mentiras em grande escala, atingindo em pouco espaço de tempo uma massa gigantesca de pessoas que ficam confusas ou acreditam nas mentiras que recebem nos seus celulares ou vêm pelas redes sociais. A cultura do ódio é conexas com a fabricação da mentira como arma política para manipulação das massas e emergência dos populismos autoritários

CONCLUSÃO

Os argumentos e evidências apresentados anteriormente mostram que há um sólido elo que conecta o passado dos autoritarismos fascistas e do golpe militar de 1964 com os autoritarismos do presente. Um passado que não passou. As análises das diferentes estratégias

utilizadas pelo fascismo, retomadas pelo golpe militar de 1964 e reatualizadas pelos novos grupos e movimentos autoritários sinalizam a urgência de implementar políticas públicas de memória histórica que possibilitem desconstruir a barbárie dos fascismos e do militarismo para neutralizar a expansão dos novos autoritarismos.

Para conseguir uma efetiva neutralização do apoio social aos grupos e movimentos autoritários, não é suficiente fazer um debate político formal. Temos que retomar o que podemos considerar uma máxima ético-político, a de que qualquer violência que não for neutralizada pela memória das vítimas tornará a se repetir como ato de normalidade social. Em grande parte o assombro da emergência do autoritarismo que sofremos no Brasil remete ao princípio de esta máxima. A violência perpetrada pelo autoritarismo do golpe de Estado de 1964 não foi neutralizada por atos e política de memória que mostrassem a barbárie praticada e inerente ao autoritarismo.

Por sua vez, a memória sempre é um campo de disputa política de primeira ordem. Os golpistas e violentos também criam suas narrativas de memória para legitimar seus atos como atos legítimos e necessários. Os golpistas nunca cessaram de produzir narrativas e símbolos de memória que normalizassem socialmente a barbárie. A disputa pela memória histórica é uma segunda luta política pelo significado histórico dos acontecimentos. Não é banal a disputa política que se trava em universidades para retirar as homenagens e títulos honoris causa conferidos a presidentes golpistas, ou em muitas prefeituras, para conseguir mudar o nome de ruas ou prédios que homenageam a destacados líderes da ditadura militar e até a torturadores.

A disputa de memória pelo significado das narrativas e dos símbolos não é neutra, nem banal nem menor. Muito pelo contrário, a legitimação no presente do autoritarismo do passado está lastrada na constante veiculação desses símbolos e narrativas de memória que os enaltecem como referentes políticos a serem seguidos hoje.

Como já advertiu Walter Benjamin na sua tese 6ª “sobre o conceito de história”, se o vencedor continuar a vencer nas narrativas de memória, sequer os mortos estarão a salvo, pois: “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é o privilégio exclusivo do historiador convencido que de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”⁹³. Então até as vítimas da repressão serão apresentadas como criminosos que mereciam sofrer e morrer para salvar a pátria dos seus inimigos. Em contrapartida torturadores como Brilhante Ustra serão homenageados e enaltificados como exemplo de patriotas.

Se os violentos e golpistas vencerem nas narrativas de memória, todas as vítimas da repressão sofrerão uma segunda morte, a morte da ignomínia e do esquecimento. Elas serão sepultadas de modo irreparável pelo esquecimento definitivo. As vítimas da repressão sofrerão uma dupla ignomínia, foram vítimas da tortura e da repressão e hoje se tornam vítimas duplamente culpabilizadas e jogadas ao esquecimento pelo neo-autoritarismo. Além do mais, a vitória da narrativa de memória dos golpistas é que viabiliza a continuidade e o crescimento dos movimentos golpistas hoje.

Esta realidade aguça a urgência de repensar e implementar políticas de memória histórica que visibilizem a realidade da violência do golpe de 1964 contra as vítimas. Concomitantemente é necessário conseguir julgar e sentenciar de modo efetivo e/ou simbólico a todos os torturadores e responsáveis pelas violências cometidas, de modo que nessas condenações fique explícita a barbárie inerente ao autoritarismo. Se pretendemos que o autoritarismo não se normalize no nosso presente, temos que implementar políticas de memória para desconstruir a “Gorgona” do autoritarismo que está enquistado em muitas instituições sociais, em muitos segmentos do Estado e no imaginário de vários grupos sociais. Todo passado guarda uma dívida a ser restaurada pelo presente, por isso uma faísca do passado pode incendiar todo o presente,

93 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, arte e política*. Brasiliense: São Paulo, 1987, p. 224.

renovando-o adequadamente. Essa faísca há de ser a memória das vítimas que pode ajudar a desconstruir o autoritarismo que nos assombra.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de excepción. Homo sacer II, I*. Buenos Aires: Hidalgo, 2005.
- BENJAMIN, W. *Magia, arte e política*. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- CRESTANI, L.A. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985)". *Revista História em Reflexão*. Dourados: UFGD, v. 5, n. 9, 2011.
- FILHO, J. C. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. *Revista Veritas*. Porto Alegre. PUC/RS. v. 53, n. 2, 2008.
- GALLEGO, E. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBBS. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.
- HUNTER, D. *Is there a culture war? A dialogue on values and American public life*. Washington: Pew Research Center, 2006.
- HUNTER, D. A guerra cultural continua. *Pol. Cult. Rev.* Salvador. v. 15, n. 1, p. 22-62, jan/junho, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385/27344>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004
- GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- KRISCHKE, J.; VIOLA, S. E. A.; PIRES, T.V. Em primeiro de abril de 1964: soltaram os demônios. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 48, n. 2, p.171-180, 2012.
- KRISCHKE, J. "Operação Condor". São Leopoldo: IHU-UNISINOS, 31/jan/2008. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/11954-quem-inaugurou-a-operacao-condor-quando-sequer-havia-esse-nome-foi-o-brasil-entrevista-especial-com-jair-krischke>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- LEBRUN, J. P. *O futuro do ódio*. Porto Alegre: CMC, 2008.
- MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. PUC/RS. v. 41, n.1, p.79-97, 2015.
- NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. PUC/RS. v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017.
- OLIVEIRA, C.F. Ipes e Ibad: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista História em Reflexão*. Dourados: UFGD, v. 2, n. 3, 2008.
- RODEGHERO, C. S. A anistia entre a memória e o esquecimento. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v.13, n. 2, 2009.
- RUIZ, C. B. R. (org.). *Justiça e memória. Para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

RUIZ, C. B. R. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 28, n. 2, p. 70-83, 2012.

SCHMITT, C. *Der begriff des politischen*. Berlim: Duncker & Humblot, 2002.

VASCONCELOS, C. Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 278-308, jan-jun. 2020.

VIANA, M. Estado Novo: Consolidando o Autoritarismo. São Paulo: Memorial de Resistência, s/d. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2012_Estado-Novo-Consolidando-o-autoritarismo.pdf. Acesso em 14 mai. 2024.

VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. A memória de um período e a verdade da história. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. UNISINOS/RS. v. 48, n. 2, p. 93-100, 2012.